

UNIVERSIDADE TIRADENTES

MÁRCIA RABELO SANTOS

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

ARACAJU

2007

MÁRCIA RABELO SANTOS

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Artigo científico apresentado à Universidade Tiradentes, como um dos pré-requisitos para a obtenção do grau de licenciado em Pedagogia.

Prof^a Dr^a Ada Augusta Celestino Bezerra

ARACAJU

2007

MÁRCIA RABELO SANTOS

A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Artigo científico apresentado à
Universidade Tiradentes, como um
dos pré-requisitos para a obtenção
do grau de licenciado em
Pedagogia.

Aprovada em _____/_____/_____

Banca Examinadora

Professor-orientador: Ada Augusta Celestino Bezerra

UNIT

Nome do professor(a) Instituição

Nome do professor(a) Instituição

A Deus que sempre esta comigo em todos os momentos de alegria e tristeza.

Ao meu pai que sempre me incentiva e a você minha mãe que mesmo não estando mais ao meu lado, sinto a tua presença a me confortar: muito obrigada.

Ao meu namorado, pela compreensão e apoio nas horas mais difíceis: te amo!

AGRADECIMENTOS

A realização deste trabalho só foi possível graças aos:

- Professores que muito contribuíram para a minha formação.
- Funcionários, pela compreensão, durante a elaboração do T.C.C. e pela atenção dada na biblioteca com o empréstimo de livros: muito obrigada.
- Aos meus irmãos que sempre me apóiam e confortam-me.

*“A inclusão é o privilégio de conviver
com as diferenças”.*

Maria Tereza Eglér.

RESUMO

O presente artigo discute a inclusão como princípio democrático a partir do pressuposto para que a diversidade possa se fazer presente como base da educação de alunos com ou sem necessidades educacionais especiais (N.E.E.). Diante a necessidade de construção de uma abordagem de apoio colaborativo, compatível com o direito público subjetivo do cidadão brasileiro. A hipótese de trabalho é que o ser humano é uno e diverso, o que haverá de ser observado pela escola na construção dos seus pilares da educação contemporânea. No Brasil a reprovação, a multirepetência e evasão escolar são graves por excluïrem cerca de 12 milhões de jovens e adultos que sofrem com o descaso das políticas educacionais.

Palavras-Chaves: Avaliação Educacional, Avaliação Regular, Avaliação Inclusiva.

AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Neste artigo procuro refletir, como os profissionais podem lidar com a construção de um novo modo de lidar com a realidade, avançando na problematização e compreensão da necessidade da escola como espaço social, provocar mudanças para incluir todos os alunos, inclusive aqueles que demandam maior apoio no processo educacional.

Concordo com Figueiredo (2002, p. 63), quando sugere que para.

... efetivar a inclusão é preciso [...] transformar a escola, começando por desconstruir práticas segregacionistas. [...] a inclusão significa um avanço educacional com importantes repercussões políticas e sociais visto que não se trata de adequar, mas de transformar a realidade das práticas educacionais.

Para que a diversidade humana possa se fazer presente como valor universal, a escola precisa assumir uma postura de construção da igualdade, visando a incluir na escola social aqueles que vêm sendo sistematicamente excluídos.

Os dados do Ministério da Educação e cultura indicam que mais de seis milhões de crianças e jovens brasileiros em idade escolar tem algum tipo de deficiência, numa estatística de que muitos alunos ainda não recebem atendimento escolar especializado, isso quer dizer que muitas crianças e jovens em idade escolar sofrem em escolas não adaptadas estão em casa sem estudar ou se encontram sem qualquer tipo de atendimento.

A condição da Educação Especial em Sergipe é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação. O atendimento a esses alunos pela Rede Estadual é feita tanto nas Escolas Especiais quanto nas classes especiais no Ensino Regular.

Hoje, existe um número significativo de alunos com NEEs inclusos, ou seja frequentando as classes regulares, com acompanhamento nas salas de recursos, com apoio pedagógico em horário diferenciado, além do atendimento complementares na rede social de apoio (médico, psicólogo e fonoaudiólogos).

Um fato preocupante sobre a situação da Educação Especial na Rede Pública Estadual faz menção da realidade cuja os números indicam que a matrícula de alunos com NEEs nas classes e escolas especiais reduziu significativamente nos últimos anos.

Uma das nações centrais de inclusão em escolas é ser aceita na comunidade social da escola, interagir entre colegas é participar de atividades regulares. As escolas precisam construir uma política que promova esse pensamento em todos os níveis de funcionamento escola. Encorajar a interação social, a participação e os relacionamentos é uma maneira de implementar essa política.

Os métodos de ensino em sala de aula mostra dois níveis um relacionado a habilidades multifacetados pelos professores e o outro adaptação pelos alunos.

As habilidades em várias temáticas como em gestão em sala de aula, os professores precisam adquirir habilidades para lidar com varias deficiências e habilidades de encorajamento de comunicação positiva, participação e envolvimento dentro do contexto da sala de aula. O método colaborativo, e aprendizagem cooperativa encorajam a interação social dos alunos. Os trabalhos individuais, as sessões completas de aulas e os trabalhos favorecem aos alunos. Na maioria dos casos os alunos se adaptam com mais facilidade.

São formas especiais de interação social. A celebração basea-se na tradição familiar e na cultura nacional. Utilizam-se nela domínios emocionais, sociais e cognitivo, os alunos reúnem-se para desfrutar de uma ocasião juntos, encorajando os alunos a interagir e a reforçar sua cultura junto com os pais na escola.

A brincadeira é uma forma básica de aprendizagem cognitiva e social, quando fazemos brincadeira estamos explorando estruturadamente, espontâneas, envolvidos motivados e concentrados, podendo acontecer fora do cenário de aprendizagem.

A avaliação e a preparação atem dois princípios fornecem informações sobre uma situação, desempenho para fins comparativos.

No final de cada período de trabalho ou estudo deve ser feito a avaliação somativa. O segundo princípio é fornecer informações que serão usadas para orientação. Esse deve ser feito durante o processo de trabalho com uma avaliação formativa.

O primeiro processo é mais crítico pois é feita uma discriminação entre a avaliação e a preparação. A preparação deve ser usada para o trabalho dos alunos, e a avaliação para os trabalhos das escolas.

A avaliação segundo Perrenourd 1999... existem duas maneiras de avaliação interna e externa. Avaliação Interna: A avaliação de professores, do trabalho em suas salas de aula, assim como a apreciação do desenvolvimento e da aprendizagem dos alunos. Os professores compartilham as responsabilidades para a avaliação no nível de sala de aula.

Avaliação Externa: As escolas contam com os pais para a realização da avaliação externa. Os pais de alunos devem se reunir mensalmente com o pessoal de ensino para avaliar os projetos em andamento escolar.

Em todos os níveis de educação é de suma importância a participação dos pais em interagir com a equipe escolar, para juntos ajudarem a suprir as diversas necessidades existentes na educação, diz José Pacheco 2007.

No campo de conhecimento das ciências humanas, a educação, assimila inúmeras novos pensamentos, conceitos, valores, princípios e opiniões, que refletem de modo direto, as reações refletidas pelo atual paradigma. No século XIX, era uma escola “universal, larca e obrigatória” que dava a totalidade da população uma base comum de instrumento culturais que permitem aplanar as grandes diferenças socioculturais dos alunos. Na escola universal a igualdade deveria ser para todos.

Por escola inclusiva compreende-se o processo de inclusão dos portadores de necessidades educacionais especiais ou de distúrbios de aprendizagem. O termo inclusão é recente e tem sua origem na língua inglesa “full inclusion”. O objetivo da inclusão encontra-se no coração da política nacional e social.

No âmbito da escola a inclusão envolve um processo de reestruturação das mesmas, assegurando acesso as diferentes oportunidades educacionais e sociais. A proposta de inclusão entre indivíduos portadores de necessidades educacionais especiais busca progressiva democratização das sociedades, proporcionando uma igualdade de direitos, notadamente, no que diz respeito a não discriminação dos direitos das pessoas que seja por razões de raça, religião, opiniões, características intelectuais e físicas a todos em idade escolar.

No Brasil, só depois da Constituição Federal de 1988, a deficiência começou a conquistar espaços na vida produtiva do país. Surgia então a idéia de que a sociedade brasileira seria caracterizada pela diversidade, constituindo-se de indivíduos diferentes entre si. No entanto, faltavam os instrumentos para conduzi-las rumo a inclusão social, entendendo-se a que como garantia de direitos como: reabilitação, estudo, saúde, trabalho, e longo posteriormente as leis. Hoje estas garantem as pessoas com deficiências, igualdade de oportunidades, apoio e suporte para a vida em comunidade.

Com base na Declaração de Salamanca (Espanha, 1994) Conferencia Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais.

“O acolhimento, pelas escolas de todas as crianças, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais e lingüística e outros necessitam de uma pedagogia centrada na criança.”

Da LDB (Lei de Diretrizes e Base), 9.394/1996, destacam-se pela pertinência.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educadores com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos para atender as suas necessidades.

II - Terminalidade específica para aqueles que não puderem atingir o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental.

III – Professores especializados.

IV – Educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva interação na vida em sociedade.

V – Acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais.

Segundo o Ministério Público Federal (2004:31) a escola precisa se transformar urgentemente, tendo como consequência a inclusão, para tanto tem que garantir um ensino de qualidade.

A avaliação é compreendida como um conjunto de atuação que tem a função de alimentar, sustentar e orientar a intervenção pedagógica. Ela acontece continua e sistemática por meio de instrumentação qualitativa do conhecimento construído. A avaliação subsidia o professor com elementos para uma reflexão continua sobre a sua prática sobre a criação de

novos instrumentos de trabalho e a retomada de aspectos que devem ser revistos, ajustados ou reconhecidos. Avaliar a aprendizagem implica avaliar o ensino oferecido, pois não há aprendizagem sem o ensino não cumpra com sua finalidade de fazer aprender.

A avaliação concebe como um processo mediador da aprendizagem, onde o seu foco é o avanço conquistado pelo aluno.

Temos que torna necessário romper com os estigmas da incapacidade, da desvalorização, da homogeneidade dos seres humanos e de forma particular daqueles que possuem uma deficiência.

Temos então que ao avaliar identificar as potencialidades dos indivíduos, propiciarem condições de superação de suas dificuldades, identificar em cada aluno um ser particular, com identidades e historia específicas.

As formas como as pessoas se interage com a sociedade se modificou antes eram incapazes, inválidos, inferiores, antes que fossem vistos como cidadão com direitos e deveres.

Na antiguidade as pessoas tenha um ideal de perfeição, e as pessoas com deficiência eram eliminados, hoje ainda acontece em alguma tribos indígenas por motivo religioso. Na Idade Média as pessoas acreditavam que uma criança deficiente era portador de uma doença contagiosa, estava possuída pelo demônio. Mesmo com muitos obstáculos muitos conseguiram torna-se sujeitos alcançando a condição cidadão.

Com a evolução do humanismo do conhecimento da diversidade e das possibilidades humanas. Com a modificação da sociedade que se propicia na interação com as pessoas com deficiência, deslumbram numa sociedade fraterna e cooperativa.

A Educação Especial voltada a deficiência começou a sua luta no século xviii, associada ao movimento popular que reivindicava sua participação social. A Educação Inclusiva surge como parte de uma proposta de educação para todos que denunciava a discriminação e a exclusão social. No entanto a educação continuava separada, onde crianças com deficiências não era atendidas em escolas regulares. No século XX os movimentos sociais foram direcionando a força para a necessidade de modificação nas próprias instituições sociais e escolares de forma a atender diferentes sujeitos e suas necessidades especiais.

No Brasil o índice de fracasso escolar, evasão e a repetência foram muitas altas fazendo com que nos questiona-se uma proposta de reformulação dos sistemas de ensino, os movimentos sociais contribuíram para a elaboração de uma constituição federal para incorporar os anseios que se desenvolva a relação de educação para todos.

E assim começa anos de lutas por seus direitos a sociedade civil e associações de pessoas com necessidade especiais começaram a apresentar mudanças na política educacional, a mídia tem vinculado notícias sobre os excluídos da participação social, com pessoas deficientes. Mostrando pessoas com deficiência que se destacam na sociedade.

O artigo 58 da Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDBEN) define que a educação dos alunos com necessidade especial dever ser realizada na rede regular do ensino. Mas não é o que acontece segundo documentos oficiais do MEC, a Educação Especial obedece aos princípios da Educação Geral. Os princípios da inclusão aplica-se não somente aos alunos com deficiência, mas a todos os alunos com deficiências, mas a todos os alunos. Hoje não se permite se permite que ninguém se isole e se concentre em uma única necessidade.

As escolas precisam reconhecer os princípios de que uma escola é boa para todos.

São elementos que contribuem para o sucesso de um sistema de ensino: O desenvolvimento de uma filosofia comum; ela precisa ser democrática e igualitária da inclusão; da inserção da provisão de uma educação de qualidade; proporcionar uma liderança forte, o diretor de uma escola inclusiva requer uma crença pessoal de que todas as crianças podem aprender, é um compromisso de proporcionar a todas as crianças igual acesso a um currículo básico, rico com inclusão de qualidade - Aprecie e acomodem a diversidade; uma escola que trabalhe com alunos deve atender as suas necessidades desenvolvendo atitudes, habilidades e práticas culturas; desenvolver o apoio, é de suma importância que a escola, o professor tenha uma equipe de apoio, para ajudá-lo na turma; garantir a responsabilidade a equipe de apoio pois, professores, diretores e comunidade devem está atentos a essas crianças pois caso o trabalho não seja bem feito pode excluir esses alunos.

Temos que reconhecer sua importância no processo de planejamento, proporcionando adaptações e acomodações específicas visando a participação do aluno nas atividades.

Desenvolver assistência técnica organizada e contínua, quando os educadores são solicitados a implementar práticas educacionais que se adapte as abordagem prática tradicional.

O currículo requer que os funcionários atuem como consultores e facilitadores da assistência, mantendo a flexibilidade de amplas implicações sobre como construir escolas de qualidades que incluam todos os alunos com ou sem deficiência. Examinar e adotar ensino efetivo, para se educar alunos em diferentes níveis requer que o educador use várias abordagens de ensino para que satisfaça as necessidades de seus alunos.

Um ambiente escolar dinâmico em que exista apoio mútuo de trabalho compartilhado para criar estratégia usando o sucesso dos alunos e incorporam as abordagens bem sucedidas, depois é só comemorar os sucessos e aprender com os desafios.

Os pensadores criativos demonstram um enfoque positivo e reconhecem a importância de reconhecer, comemorar e confiar no sucesso, surgem aí as novas oportunidades de aprendizagem e de desenvolvimento.

O ensino inclusivo não pode ocorrer espontâneo ou provavelmente as mudanças precisam ocorrer para a realização do ensino inclusivo, ele requer uma concepção do sistema de ensino comum à todos unificado, e não separados.

A descentralização retirada do diretor, o papel dele é significativo, passando a responsabilidade para todos de incluir os alunos, compartilhando a sua cultura de inclusão, a sala de aula terá suas necessárias mudanças envolvendo o acolhimento, o compartilhamento, a cooperação, colaboração e o trabalho em equipe, esses elementos são de fundamental importância para as atividades de todos os membros do sistema escolar de ensino.

Para o facilitador as mudanças serão necessárias desenvolver, objetivos comportamentos, cooperativas entre todos os defensores da mudança do ambiente escolar, e quando a educação especial for percebida como uma parte do inteiro a educação terá seu sentido completo.

As estratégias para a formação de práticas inclusivas nas escolas independente do papel do administrador particular a que estamos referindo envolve mudanças específicas em ações identificadas, visando atitudes práticas. Esta teoria nos leva a mudanças muitas vezes usadas pelo professor com base no processo no processo de novas práticas nas escolas. A única maneira de mudar as atitudes e começar a mudar o comportamento dos indivíduos .

A escola e as comunidades devem unir-se para juntos garantir uma educação de qualidade para todos, proporcionando aos indivíduos objetivos e estratégias de mudanças.

O ato de discutir com os alunos os principais objetivos educacionais permite aos alunos serem membros das suas comunidades estarem associados pois estimulam os sistemas de companheirismo e implementam outras atividades para encorajar as amizades, as crianças podem conquistar suas vidas.

Há muito tempo o currículo tem sido encarado e implementado a partir da perspectiva de que as turmas de educação regular tem um conjunto padronizado de exigências acadêmicas ou de fragmentos de conhecimentos e habilidades que todo aluno deve aprender para ter sucessos. Mas esse currículo sofre adaptações e precisa da capacitação dos indivíduos no processo. O conhecimento e a experiência dos professores e dos alunos envolvidos é a melhor maneira de aprender.

Os docentes precisam modificar as atividades em que um determinado aluno participa, ou a maneira como ele agi para assim adaptar-los. Cada escola tem um conjunto único de restrições, para aplicar a avaliação do trabalho feito com os alunos, isto inclui, o julgamento profissional dos professores, planos de ação do conselho escolar, pois assim o professor determinam se o aluno tem domínio dos assuntos ou não.

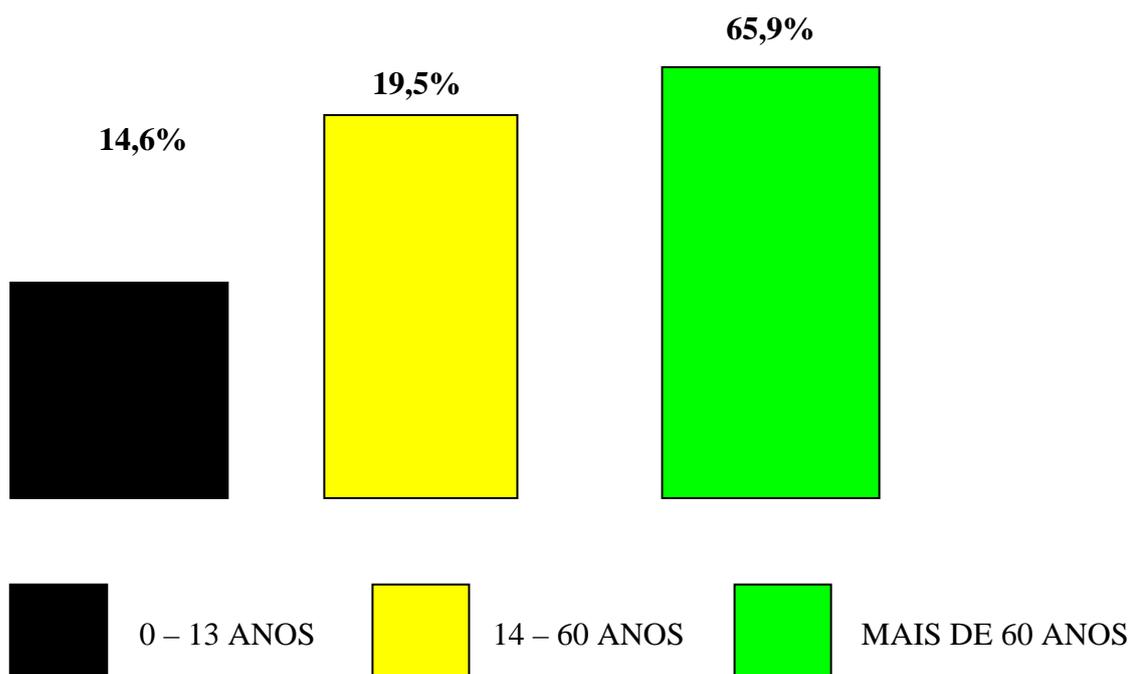
O apoio dos pais e da comunidade escolar é de fundamental importância para o ensino inclusivo, pois ainda é muito doloroso o rumo da inclusão de pessoas com necessidades especiais, os pais não devem aceitar as expectativas baixas padronizadas cujas não são tão confiáveis os resultados, eles devem proteger-se contra esses profissionais para seus filhos expectativas elevadas, a maneira mais eficiente é usar sua própria experiência na identificação dos bons resultados. No processo de descoberta os pais compartilham informações até com seu confidentes mais próximos da família.

A contemporaneidade impõe novos paradigmas, que se consolidam desde o final do século passado (XX), voltado para a melhoria da qualidade de vida do cidadão, das condições de funcionamento e das práticas pedagógicas de toda a Educação Básica para todas as crianças, todos jovens e adultos, inclusive para aqueles conhecimentos como PNEEs (Pessoas com necessidades educacionais especiais), o que alcança, também, aqueles com altas habilidades ou superdotação, na perspectiva da continuidade dos estudos e da educação profissional. É verdade que as pessoas com necessidades educacionais especiais

tem sido, ao longo dos anos, excluídas do direito de aprender e participar. Elas tem o mesmo direito subjetivo à educação que qualquer cidadão, o progresso educacional de cada uma delas, independentemente indiscutível que se requer das políticas públicas. Mas, não incide apenas sobre esse grupo, aqueles aparentemente incluídos no sistemas educacional.

Segundo as estatísticas do IBGE (2005), o segmento populacional de PNEEs no Brasil perfaz o tal de 26.535.000 pessoas, o que corresponde à 14,5% do total da população do país, assim distribuído por classe social. Esse dados ratificam a necessidade de prioridade para à Educação Inclusiva, sobre tudo no âmbito do poder público, sendo que a configuração por idade, conforme gráficos seguintes, revela o grande débito histórico do Estado Brasileiro nesse sentido, a importância e a oportunidade dos programas de Educação de Jovens e Adultos.

GRÁFICO 1



FONTE: SEESP/MEC (2006)

O que dizer da efetiva inclusão social dessa pessoas(em sua maioria já na idade adulta) diante dos dados oficiais do Mercado de Trabalho no Brasil, 60% desse grupo populacional não tem emprego, apenas 40% têm uma situação trabalhista assim configurada, 2% tem carteira assinada, 4% são empresários e 34% ainda informam que essas pessoas ganham cerca de 45%

a menos que os demais cidadãos! Uma efetiva política de inclusão contempla não apenas esse grupo de anos do Ensino Fundamental dito regular (obrigatório, tanto para garantir a oferta com qualidade pelo Estado, quanto para a matrícula pelos pais ou responsáveis), que em princípio estariam incluídos: Cerca de 35.000.000 de crianças e pré-adolescentes. A reprovação e evasão excluem, sistematicamente, parcela significativa dessa população, produzindo a defasagem idade/série e elevando o número de multirrepetentes, objetos de estereótipos, estigmas e preconceitos.

A educação efetivamente inclusiva haverá de contemplar também, os repetentes e defasados na relação idade/série pois são igualmente vítimas dos mecanismos eletistas e excludentes - intra e extra-escolares de produção e reprodução do fracasso escolar, assim como as PNEEs. Nossa premissa básica é que a função social da escola é socializar o saber historicamente produzido e acumulado, para todos.

A verdadeira eficácia da escola reside na garantia da democratização substantiva do ensino.

Ao refletir sobre a abrangência do sentido e do significado do processo de educação inclusiva, estamos considerando a diversidade de aprendizagem e seu direito à equidade Trata-se de equiparar oportunidades, garantindo-se a todos inclusive às pessoas em situação de deficiência e aos de altas habilidades/superdotados, o direito de aprender a aprender, aprender a fazer, aprender a ser e aprender a conviver. (CARVALHO, 2005: 30).

Educação Inclusiva é tida com um passo decisivo rumo à construção de uma sociedade inclusiva, tendo como base a valorização da diversidade, princípio inerente à constituição de uma sociedade justa e igualitária, com a garantia do acesso e da participação de todos, a partir do respeito às peculiaridades de cada um, reconhecendo a identidade dos sujeitos e acolhendo-os com suas diferenças, em busca da igualdade e justiça social. Assim, a Inclusão é um processo de aprendizado no qual as pessoas aprendem a viver com as diferenças, na ação contextualizada, implicando a transformação dos diversos sistemas de ensino (federal, estaduais, municipais e do Distrito Federal), de forma ainda não contempladas.

Assim, educação é necessariamente, também, inclusão docente, o que se faz via formação inicial e continuada com a participação das Universidades, ao lado da valorização socioeconômica do professor e da garantia das condições de trabalho a educadores-educandos.

A diversidade do cotidiano escolar permite que os alunos com e sem NEEs desenvolvem-se com as diferenças aprendendo a conhecer (a aprender), a ser, a fazer, a conviver e a empreender, o que supõe interações professor-aluno-conhecimento o aluno. Aluno que trabalha habilidades acadêmicos e sociais.

Nessa convivência inclusiva, todos os envolvidos comunidade escolar e extra-escolar enriquecem-se pela oportunidade de aprender uns com os outros, sendo imprescindíveis programas adequados, preparação dos envolvidos e formação continuada dos profissionais da área, além da inserção de alunos com NEEs nas salas de aula do ensino regular, superando-se os preconceitos e com parâmetros claros. Dentre esses programas destacam-se programas de: acessibilidade, metodológica, de comunicação e arquitetônica, adaptações curriculares, recursos financeiros e materiais didáticos-pedagógicos.

Essa concepção de inclusão alcança todos os alunos, inclusive os multirrepentes da rede regular de ensino.

Na implementação da Educação Inclusiva cabe ao educador efetuar intervenções que proponham o desafio ao aluno, apoiando-o nas suas descobertas, a partir da premissa de que o processo de aprendizagem concretiza-se na individualização de cada ser requerendo que o ambiente escolar proporcione ao professor e ao aluno um espaço para pensar, decidir e realizar tarefas, respeitando os interesses e as possibilidades dos alunos.

Para se falar da inclusão social é preciso rever como e quando ocorre a exclusão e quem serão os excluídos da sociedade. Na escola, espaço de aprendizagem e socialização, a exclusão tem tido uma realidade, pois em todos têm tido acesso e permanência às suas dependências. A escola alega que pessoas com necessidades educacionais especiais precisam de lugares específicos para ser tratada sua deficiência. Haverá uma oportunidade de integração a aquelas que no processo de reabilitação atinjam um nível de desenvolvimento compatível com o que se chama normal.

A educação segregada fica sendo a única opção para aqueles que não conseguiram acompanhar a lógica perversa, que coloca no próprio individuo a suposta culpa por sua exclusão, estigmatizando-o como incapaz.

Os teóricos SUSAN STAINBACK e WILLIAN STAINBACK (1999: p.30).

As pessoas com deficiências necessitam de instruções, de instrumentos, de técnicas e de equipamentos especializados. Todo esse apoio para alunos e professores deve ser integrado e associado a uma reestrutura das escolas das classes. Os apoios devem ser centrais, e não periférico, a educação regular.

O paradigma da inclusão vem estabelecer uma escola inclusiva que não é feita só de boas intenções, como os trabalhos desenvolvidos nas instituições assistencialistas, mas que trabalha a aprendizagem com ações concretas, num processo coletivo, com adaptações do seu espaço físico, da dinâmica em sala de aula, do currículo e das formas e critérios de avaliação.

Pode-se dizer que nessa escola trabalha-se com a inclusão da responsabilidade, onde todos os envolvidos, professores, pais, diretores, dirigentes, secretários assumem o compromisso com o processo educacional.

Segundo SUSAN e WILLIAN STAINBACK (1999), “os educadores precisam ser formados na inclusão, e não para a inclusão, pois não se pode formar alguém para a diversidade e sim dentro dela”

Nessa formação não haverá respostas prontas o professor não terá que trabalhar todos as dificuldades, porém seu olhar de educador deve garantir aos seus alunos, o acesso ao conhecimento vislumbrado as peculiaridades de cada um, compreendido as necessidades individuais.

Entretanto, um educador, que se preocupe com que a sua prática educacional esteja voltada para a transformação, não poderá agir inconsciente e irrefletidamente. Os passos de sua ação deveram estar marcados por uma decisão clara e explicita do que esta fazendo e para onde possivelmente está encaminhando os resultados de sua ação. A avaliação, neste contexto, não poderá ser uma ação mecânica. Ao contrário, terá de ser uma atividade racionalmente definida, dentro de um encaminhamento político e decisório a favor da competência de todos para a participação democrática da vida social.

De acordo com Haidt (2000) os autores Bloom, hastings e Madaus, definem a avaliação como um método, um instrumento que não tem um fim em si, mas como um meio, um recurso e, é assim que deve ser usada. Esse autores têm uma concepção abrangente de

avaliação e dão ênfase ao fato da avaliação ser uma forma de controle de qualidade, isto é, um meio de aperfeiçoar o processo de aprendizagem.

A avaliação pode ser caracterizada como uma forma de ajuizamento da qualidade do objeto avaliado, fator que implica uma tomada de posição a respeito do mesmo, para aceitá-lo ou transformá-lo. A definição comum mais adequada encontrada nos manuais e que a avaliação é um julgamento de valor sobre manifestações relevante da realidade, tendo em vista uma tomada de decisão (LUCKESI, 1978).

Para Luckesi (2001), a avaliação se destina ao diagnóstico e, por isso mesmo, à inclusão; destina-se a melhoria do ciclo de vida. Deste modo, que si, é um ato amoroso. Ele também defende que a “democratização da educação escolar, como meio de desenvolvimento do educando, do ponto de vista coletivo e individual, sustenta-se em três elementos básicos: acesso universal ao ensino, qualidade satisfatória da instrução”. LUCKESI, 1990), partindo dessa concepção, a avaliação não deve ocorrer por meios de testes mal elaborados, como mecanismo disciplinar das condutas sociais. Ainda teoriza que, nesse processo de avaliação não é verificada a consequência nova e significativa apreendidas pelo aluno, mas sim, a aprovação ou a reprovação dos alunos.

A avaliação deixará de ser autoritária se o modelo social e sua concepção teórica-prática da educação também não forem autoritárias. A avaliação diagnóstica será um instrumento fundamental para auxiliar cada educando no processo de competência e crescimento para a autonomia, situação que lhe garantirá sempre relações de reciprocidade.

LISTAS DE ANEXOS

N.º 01 – POLÍTICA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (DE SERGIPE)

N.º 02 – MAPA DA ABRANGÊNCIA DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (EM SERGIPE)

N.º 03 – MODALIDADES DE ATENDIMENTO EDUCAÇÃO ESPECIAL (EM SERGIPE)

N.º 04 – APOIO ESPECIALIZADO EDUCAÇÃO ESPECIAL (EM SERGIPE)



**GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
ASSESSORIA TÉCNICO-OPERACIONAL**

**DOCUMENTO NORTEADOR
DA POLÍTICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

**ARACAJU - SERGIPE
JANEIRO/2006**

GOVERNO DE SERGIPE

JOÃO ALVES FILHO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

LINDBERGH GONDIM DE LUCENA

SECRETÁRIA ADJUNTA DA EDUCAÇÃO

MÁRCIA VALÉRIA LIRA SANTANA

ASSESSORIA TÉCNICO-OPERACIONAL

ADA AUGUSTA CELESTINO BEZERRA (Diretora)

ADILSON OLIVEIRA ALMEIDA

ALBIENE LINS SANTOS

LÚCIA DALBOSCO LINS

MÁRCIA FERREIRA SANTIAGO FEITOSA

MARIA JOSÉ DE ALMEIDA SOARES

DIRETORA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL/DIEESP/ASTOP/GS

IARA MADUREIRA RABELO

DIVISÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL (DIEESP/ASTOP/GS)

ALDA VALÉRIA SANTOS DE MELO

LÍDIA SOUZA SANTANA

GILVANETE ALVES DOS S. SOUZA

JERUSA MAGALY CRUZ SILVEIRA

SORAYA CRISTINA P. DE MENEZES

**CENTRO DE REFERÊNCIA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL
DO ESTADO DE SERGIPE (CREESE/ASTOP/GS)**

LUCIMAR DE OLIVEIRA CALASANS MELO (Diretora)

ANA CÉLIA ALVES DA COSTA

ANDERSON XAVIER MENEZES

ANSELMO FRANCISCO DE OLIVEIRA

CÂNDIDA LUISA PINTO CRUZ

CLAUDIA DOS SANTOS LISBOA

DENISE SENA CRUZ TELES (Chefe)

ELBA TARGINO DE MACEDO

GRAÇA MARIA SOUZA SANTOS

ISA MARIA CARDOSO DOS SANTOS

JUSSARA GOIS COSTA

LAUDICÉIA DOS SANTOS ARGOLO

MARIA AUXILIADORA LIMA

MARIA ALICE VILANOVA NASCIMENTO

MARIA CARMIRACI PECÍNCOLA

MARIA DAS GRAÇAS ARAÚJO SOARES

MARIA DE FÁTIMA R. DE S. CONCEIÇÃO

MARIA FILOMENA M. DE OLIVEIRA

MARIA RIBEIRO DOS SANTOS

MARPESSA BARRETO D' AVILA LEVITA

NEUSA MARIA RIBEIRO CABIRTA

NEUZA JOSINA SALES

PEDRO CÉSAR DO PRADO SANTOS

SÔNIA DE MATOS SANTOS

SUELY BORGES DA COSTA

TÂNIA REGINA ESPERIDIÃO DE FARIA

VALMIRA DO NASCIMENTO MOURA

VERA EMILIA S. VILAR DELLAPARTE

(...) todas as escolas deveriam acomodar todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, lingüísticas ou outras. Deveriam incluir todas as crianças deficientes e superdotadas, crianças de rua e que trabalham, crianças de origem remota ou de população nômade, crianças pertencentes a minorias lingüísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos em desvantagem ou marginalizados. As escolas têm que encontrar a maneira de educar com êxito todas as crianças, inclusive as que têm deficiências graves. (Declaração de Salamanca, 1994)

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	07
CONTEXTUALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE	10
PRINCÍPIOS NORTEADORES	13
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL.....	14
• CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO	20
• ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO	25
• IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA.....	27
PLANO DE IMPLANTAÇÃO PROGRESSIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA	29
• MISSÃO DO SERVIÇO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL	29
• MECANISMOS INTRA-ESCOLARES	29
• MECANISMOS EXTRA-ESCOLARES	34
• PERSPECTIVAS	36
• QUADRO - PROPOSTAS DE AÇÕES E METAS NA PERSPECTIVA INCLUSIVA / 2006	39
BIBLIOGRAFIA.....	41
ANEXOS.....	44

INTRODUÇÃO

*Não há, não,
duas folhas iguais em toda a criação.
Ou nervuras a menos, ou células a mais,
não há, de certeza, duas folhas iguais. (GEDEÃO, 1958)*

Estar presente no mundo é viver, fazer acontecer mudanças e sobreviver a elas, em todos os campos da ciência e da vida do ser humano, devido à complexidade da sua condição em todas as faces do entorno compreendidas pela sua existência na relação com o mundo, em que é, ao mesmo tempo, uno e plural, global, biológico, físico, cultural, social e sensível. Esta é a condição humana.

A hominização é uma aventura começada (...). Ela é descontínua pela aparição de novas espécies – habilis, erectus, neandertal, sapiens – e desaparecimento de anteriores, bem como pela domesticação do fogo, pelo surgimento da linguagem e da cultura. É descontínua na sua dialógica entre desenvolvimento da bipedização, da manualização, verticalização (do corpo), cerebralização, juventude, complexificação social; processos ao longo dos quais aparece a linguagem propriamente humana, ao mesmo tempo que se constitui a cultura, capital transmissível de geração em geração, saberes, savoir – faire, crenças, mitos, costumes. (MORIN, 2003:32)

O paradigma transdisciplinar, do qual MORIN (2003) é um dos ícones, apresenta-se nas ciências naturais, exatas e humanas com intercorrências, as quais sugerem inúmeras transformações teóricas e práticas sobre as teorias e práticas tradicionais consideradas há muito tempo, na relação intrínseca e extrínseca do

conhecimento científico com o senso comum. Na área das ciências humanas, a educação vem gerando/assimilando inúmeros pensamentos, conceitos, valores, princípios e opiniões inovadores, recebendo, de modo direto, reflexos desse paradigma. Nesse sentido, a escola tradicional é criticada pela ênfase à homogeneização das experiências acadêmicas para todos os seus alunos, sem compreender efetivamente o que se deseja através do seu próprio discurso de igualdade de oportunidades. Esse conceito homogeneizador está sendo progressivamente superado na escola, especialmente na educação básica.

A Declaração de Salamanca sobre os princípios, políticas e práticas em Educação Especial corresponde a uma Carta Magna na direção da mudança de paradigma da escola interativa para a escola inclusiva, em sua concepção ampla que contempla todos os alunos da escola básica, com suas necessidades de aprendizagem:

As escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando-se comunidades acolhedoras, constituindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos. (UNESCO, 1994)

Por escola inclusiva (*full inclusion*) compreende-se hoje aquela em que o processo de inclusão das pessoas com e sem necessidades educacionais especiais desenvolve-se na rede comum de ensino, em todos os seus graus, da educação infantil ao ensino superior. O objetivo da inclusão encontra-se no coração da política educacional e social contemporânea. No âmbito da escola, a inclusão envolve um processo de reestruturação, com destaque à acessibilidade arquitetônica e curricular, com a garantia da democratização substantiva e irrestrita junto a todos os cidadãos das inúmeras oportunidades educacionais e sociais. Alguns teóricos da área apontam a necessidade de os estudos sobre a inclusão saírem dos muros da escola e alcançarem as famílias e comunidade externa, democratizando amplamente o apoio especializado que se deve disponibilizar em todo o contexto de educação regular.

A proposta de inclusão alcança todas as pessoas com necessidades educacionais especiais, assim como aquelas ditas normais, respondendo ao princípio da busca progressiva da democratização das sociedades, proporcionando uma igualdade de direitos, notadamente no que diz respeito à não discriminação das pessoas, seja por razões de raça, religião, opinião ou por suas características intelectuais e físicas, especialmente no que se refere a todos que se encontram em idade escolar obrigatória (6 aos 14 anos).

Portanto, a inclusão consiste em adequar os sistemas sociais gerais da sociedade de tal modo que sejam eliminados os fatores que excluíaam certas pessoas do seu seio e mantinham afastadas aquelas que foram excluídas. A eliminação de tais fatores deve ser um processo contínuo e concomitante com o esforço que a sociedade deve empreender no sentido de acolher todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais e das suas origens na diversidade humana, pois, para incluir todas as pessoas, a sociedade deve ser modificada a partir do entendimento de que ela é que precisa ser capaz de atender às necessidades de seus membros. O desenvolvimento, por meio da educação, reabilitação etc, das pessoas com deficiência deve ocorrer dentro do processo de inclusão e não como um pré-requisito, como se essas pessoas precisassem pagar ingressos para poderem fazer parte da sociedade (das escolas comuns, das empresas comuns, etc.). (SASSAKI, 2005:21)

Hoje, a inclusão é defendida como inerente ao direito do cidadão à educação, sendo direito de todos na sua diversidade e especificações. Não obstante tratar-se de um ponto consensual na literatura da área, ainda é forte a resistência à mudança na prática educativa, inclusive por parte de militantes da educação especial de base segregativa. Tal constatação requer do Estado, fundamentalmente, que se defina politicamente, estruture um arcabouço de suportes, de modelos diversificados, de

técnicos especializados, programas e currículos adaptados, no contexto do projeto de transformação educacional, colaborando para a efetivação da inclusão social. Uma das formas de se desenvolver um trabalho concreto com essas dificuldades, além de favorecer o acesso aos bens sociais mínimos, está em a escola buscar caminhos para um trabalho educativo mais prazeroso e produtivo, visando alcançar seus objetivos educacionais e trabalhar a diversidade humana. A inclusão parte do princípio de que é na diversidade humana que se reconhecem as potencialidades individuais.

As constatações dos resultados obtidos pelos métodos segregativos na educação especial revelam claramente que ela não tem alcançado sucesso: poucos alunos têm conseguido levar uma vida independente. No entanto, observa-se já, desde a educação infantil, quando ela reafirma, acolhe e promove a inserção de crianças com necessidades educacionais especiais – de 0 a 6 anos – em programas educacionais regulares, no contexto positivo de interação criado entre crianças com e sem necessidades educacionais especiais nessa etapa da educação básica, que notáveis são os ganhos no desenvolvimento dessas crianças e para a própria escola, inclusive para o corpo docente, com os necessários programas de formação continuada para professores e demais profissionais.

A implantação sistemática e ampla da inclusão na educação básica supõe desafios a enfrentar, como uma série de entraves discriminatórios nos discursos e nas práticas segregativas consolidadas. As concepções tradicionais sobre a deficiência, a referência central nas limitações, a falta de conhecimento e de condições de trabalho e a carência de apoios revelam-se, nos diferentes estudos e experiências, como desafios superáveis, desde que esteja explícita a vontade política dos governos e dirigentes educacionais quanto à inserção escolar desses alunos na perspectiva também da pedagogia do sucesso.

Pesquisas da Universidade de São Carlos revelam esse quadro da realidade da Educação Inclusiva no Brasil, hoje, notadamente no que se refere às noções,

concepções, sentimentos e representações docentes, conforme demonstram os gráficos seguintes (1 e 2).

GRÁFICO - 1

Noções, concepções e sentimentos dos professores, vinculados a realidade inclusiva.



GRÁFICO - 2

A representação dos professores de alunos com necessidades educacionais especiais incluídos no ensino regular.



DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL EM SERGIPE

Segundo a Organização Mundial de Saúde, cerca de 10% da população dos países desenvolvidos são constituídos de pessoas com algum tipo de deficiência. Em países como o Brasil, a quantidade delas sobe para 15% da população; embora não apareçam muito, no Brasil existem mais de 26 milhões de pessoas com necessidades educacionais especiais.

Os dados do Ministério da Educação e Cultura indicam que mais de seis milhões de crianças e jovens brasileiros em idade escolar têm algum tipo de deficiência, numa estatística de seis milhões de deficientes, dos quais somente 5% recebem atendimento especializado. Isso quer dizer que mais de cinco milhões de crianças e jovens em idade escolar sofrem em escolas não adaptadas, estão em casa sem estudar ou se encontram sem qualquer tipo de atendimento.

A condução da Educação Especial em Sergipe é responsabilidade da Secretaria de Estado da Educação, sob os cuidados da Assessoria Técnico-Operacional do Gabinete do Secretário de Educação, através de uma Direção da Educação Especial, da DIEESP (Divisão de Educação Especial) e do CREESE (Centro de Referência em Educação Especial de Sergipe). Existe ainda um Setor de Educação Especial na DEA (Diretoria de Educação de Aracaju) bem como um em cada uma das nove DREs (Diretorias Regionais de Educação) distribuídas em todo o Estado. Todo esse aparato organizacional e burocrático tem como função dar suporte técnico-pedagógico às instituições educacionais sob responsabilidade do Estado, as quais trabalham com os alunos com necessidades educacionais especiais (NEEs). O atendimento a esses alunos pela Rede Estadual é feito tanto nas Escolas Especiais quanto nas classes especiais no Ensino Regular. Há, hoje, na rede estadual um significativo número de alunos com NEEs inclusos, ou seja, freqüentando as classes regulares, com acompanhamento nas Salas de Recursos, com apoio pedagógico em horário diferenciado, além dos atendimentos complementares na rede social de apoio (médicos, psicólogos e fonoaudiólogos).

Essa rede, através da DIEESP/ASTOP, disponibiliza à comunidade os seguintes serviços: Centro de Atendimento ao Surdo (CAS); Núcleo de Apoio às Altas

Habilidades/Superdotação (NAAH/S); Surdocegueira, Deficiência Visual, Deficiência Mental/Baixa Cognição. Além desses serviços, a Diretoria de Educação Especial/ASTOP presta assessoria na área de formação continuada aos docentes, de forma geral, viabilizando o processo de inclusão sócio-educacional.

As necessidades educacionais na categoria deficiência mental/baixa cognição dispõe, em sua sistematização, do currículo funcional natural (CFN) na perspectiva da potencialização dos educandos facilitando o bom convívio social, familiar e educacional, além de direcioná-los às oficinas (pedagógicas/profissionalizantes) em parceria com o ensino profissional, de acordo com suas habilidades, possibilitando-lhes a inserção no mercado de trabalho, tornando-os sujeitos aptos e produtivos.

Esse currículo pode ser extensivo às demais categorias de necessidades educacionais especiais, contudo, seguido de orientações técnico-pedagógicas específicas.

De acordo com o último levantamento estatístico realizado em 2004 pela Coordenação Geral de Planejamento da Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, como se pode verificar nos gráficos de 4 a 10, existem 4.084 PNEEs recebendo atendimento em todo o estado de Sergipe, dos quais 70% estão na Rede Pública – sendo 40,7% nas Redes Municipais, 28,6% na Rede Estadual e 0,46% na Rede Federal – e 30% na Rede Particular.

Do total de alunos atendidos, 45,5% estão matriculados em escolas comuns (ou regulares) e 54,5% estão em escolas especiais, sendo que 20% cursam a educação infantil; 64,7%, o ensino fundamental; 11,2%, o EJA; 0,85%, o ensino médio e 3,2% cursam a educação profissionalizante.

Encontra-se um grande número de alunos com classificação de retardo mental entre as pessoas com NEEs assistidas, 34,7%; em seguida, estão os alunos com baixa visão, 22,2%; com deficiência auditiva 13,5%; condutas típicas 8,7%; deficiência múltipla 7,1%; surdez, 5,8%; deficiência física, 5,7%; cegueira, 1,4% e altas habilidades/superdotados constituem 0,9% dos alunos .

O número de matrículas de pessoas com NEEs em classes especiais ou escolas exclusivamente especializadas (classes especiais) apresentou um decréscimo de 84% em

2002 para 54,5% em 2004, enquanto o número de matrículas em classes regulares (com ou sem apoio pedagógico) aumentou de 16% para 45,5% nesse mesmo período.

Um dado relevante acerca das condições de infra-estrutura aponta que das 2.332 escolas públicas da educação básica em todo o estado, apenas 5% têm sanitários adequados aos alunos com NEEs e apenas 2,7% dispõem de dependências e vias adequadas a esses alunos.

Dados específicos sobre a Rede Estadual de Ensino, oriundos da mesma fonte, apontam que dos 1.168 alunos com NEEs atendidos (28,6% do total), 760 tiveram matrícula inicial na Educação Especial, ou seja, freqüentam classe especial, dos quais 300, ou 39,5%, estão em escolas especiais, e 460, correspondendo a 60,5%, estão em classes especiais no ensino regular. Dos que estão em escola especial, 160 estão no Centro de Educação Especial João Cardoso Nascimento Júnior e 140, na Escola de Educação Especial Venúzia Rodrigues Franco. Daqueles que estão em escolas regulares, 275 estão na Capital e 325 no Interior. Do total de alunos, há predominância de indivíduos com deficiência auditiva/surdez e de deficiência mental. Os dados não se referem ao número de alunos inclusos, isto é, pessoas com NEEs freqüentando classe regular e/ou freqüentando sala de recursos. O Censo 2004 do MEC lista ainda 87 escolas inclusivas em todo o estado de Sergipe, mas apenas 7 têm apoio pedagógico, das quais 3 estão na capital, Aracaju. Do mesmo modo, a situação dos professores que trabalham na educação especial suscita preocupação: dos 111 professores relacionados, 71 (64%) têm preparo específico, mas 40 (36%) não passaram por curso preparatório. Entre os que receberam formação, 80% são da capital, enquanto que dos que não foram preparados, 67,5% são do interior. Nesse caso, o que é ainda mais alarmante, desse número, que representa 27 professores, 17 são da Escola Especial Venúzia Rodrigues Franco, embora informações mais recentes obtidas nessa Unidade Escolar (Julho/2005) atestem que os professores têm participado de cursos de formação promovidos pela DIEESP/ASTOP/GS/SEED-SE.

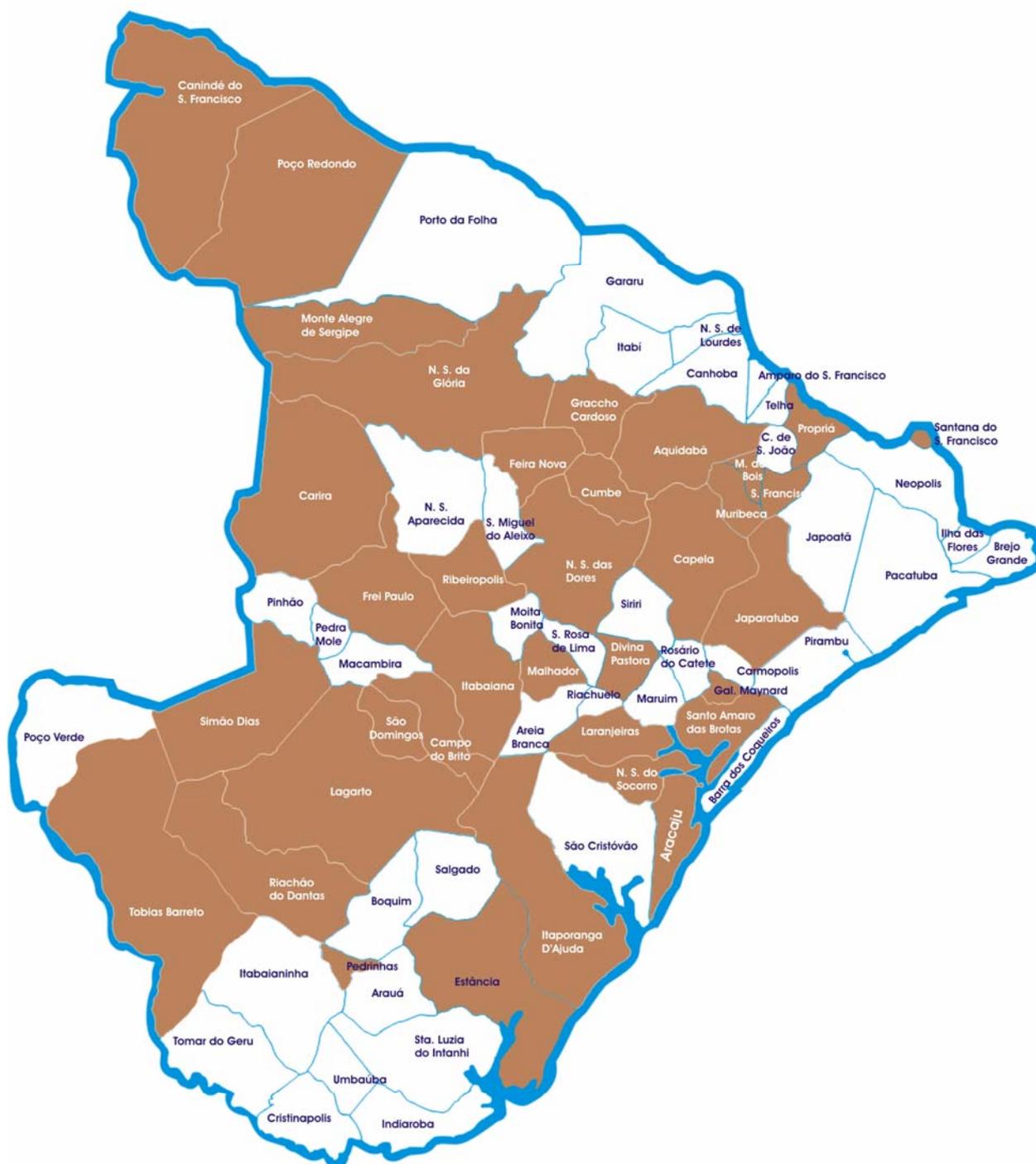
Todos esses elementos configuram a Educação Especial em Sergipe, apresentando um retrato preocupante. Como o foco da nossa análise assenta-se sobre a situação da Educação Especial na Rede Pública Estadual, faremos menção mais

especificamente aos dados dessa realidade, cujos números indicam que a quantidade de matrículas de alunos com NEEs nas classes e escolas especiais desta rede reduziu-se significativamente nesta última década (2000).

O preparo das escolas e dos professores para trabalhar com os alunos com NEEs mostra-se claramente inadequado. A maioria das escolas encontra-se em desconformidade arquitetônica, material e técnica, em relação às necessidades educacionais com que se deparam. A assistência pedagógica aos professores e alunos é absolutamente precária, e a formação docente, não obstante os pequenos avanços que se têm conseguido, ainda é limitada em relação às exigências da realidade. Por outro lado, deve-se notar que o percentual (64%) de professores da educação especial com formação específica, na Rede Estadual, é maior que a média geral do estado (Rede Pública e Particular), que foi de 50,2%.

Aracaju detém 275 dos 460 alunos matriculados em classe especial em escolas regulares da rede estadual, enquanto os outros 185 estão distribuídos nos 75 municípios restantes. Dos 300 alunos em escola especial, 160 estão em Aracaju (E. E. João Cardoso N. Júnior) e os outros 140 no município de Nossa Senhora do Socorro (E. E. Venúzia R. Franco).

Abrangência da Educação Especial



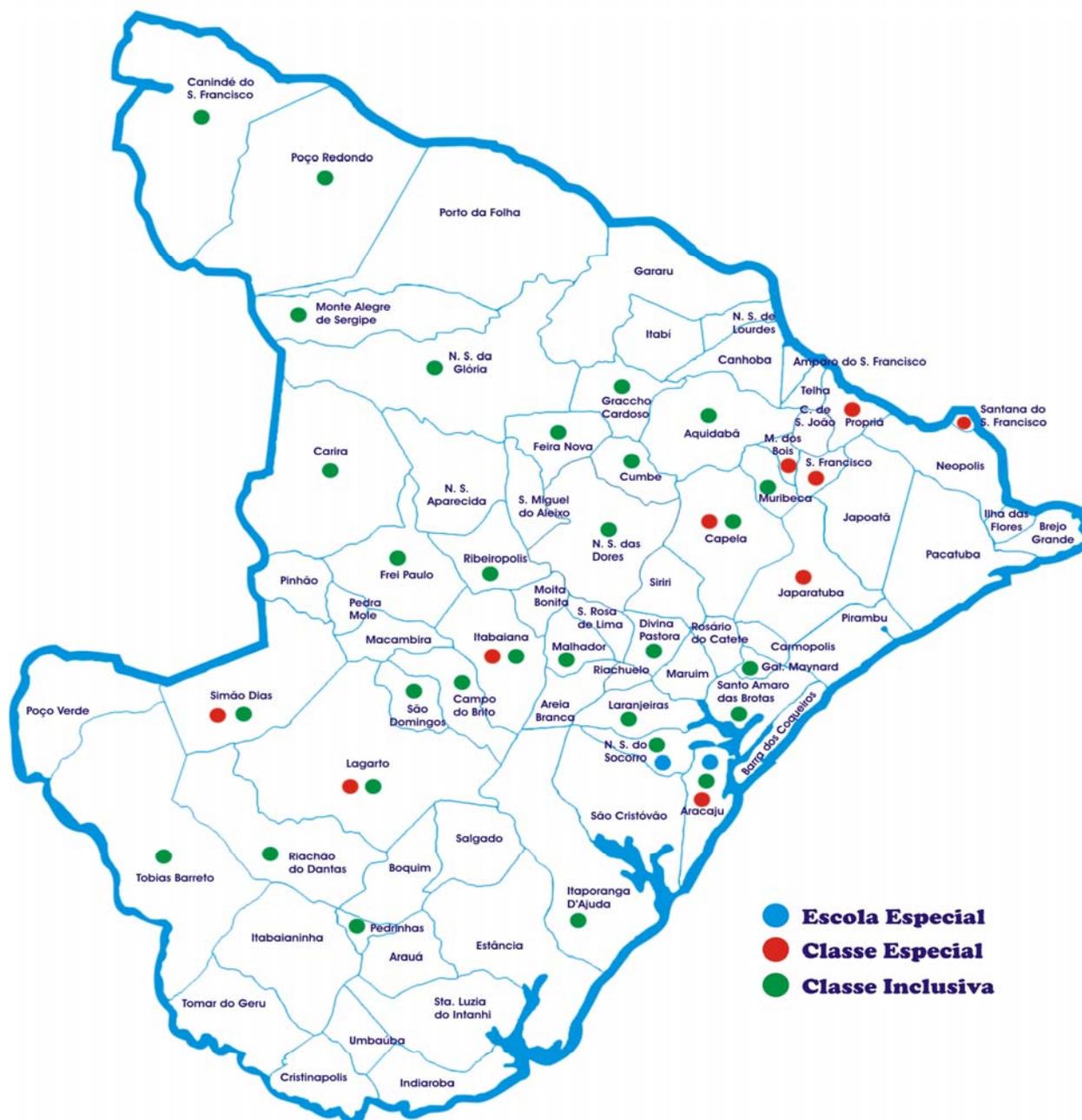
FONTE: MEC/SEED/Censo Escolar - 2004.

Apoio Especializado Educação Especial



FONTE: SEED/ASTOP/Serviço de Educação Especial.

Modalidades de Atendimento Educação Especial



FONTE: MEC/SEED/Censo Escolar - 2004.

Referências Bibliográficas

- LIMA, Priscila Augusta. **Educação Inclusiva e Igualdade Social** & VIEIRA, Therezinha. São Paulo: Avercamp, 2006.
- RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze Olhares sobre a educação inclusiva**, (org). São Paulo: Summus, 2006.
- STAINBACK, Susan. & STAINBACK, Willian. **Inclusão: Um guia para educadores** Trad. Magda França Lope. Porto Alegre: Artes Médica. Sul. 1999.
- PACHECO, José. **Caminhos para inclusão: Um guia para o aprimoramento da equipe escolar**, Porto Alegre: Artmed, 2007.
- PERRENOUD, Philippe. **Avaliação: da excelência à regulação das aprendizagens entre duas lógicas**, Trad. Patrícia Chittoni Ramos – Porto Alegre. Arte Medicas Sul, 1999.
- Relatório da ASTOP – GS/SEED-SE 2005-2006.**
- FIGUEIREDO, R.V. **Políticas de inclusão: escola-gestão da aprendizagem na diversidade** in ROSA de E.G. e SOUZA V.C. (org) **Políticas organizativas e curriculares, educação inclusiva e formação de professores**. Rio de Janeiro: DP LA Editora; 2002.
- BEZERRA, Ada Augusta Celestino. **Somos todos pessoas muito especiais**, Aracaju,Se: UNIT, 2007.